

# Governo admite necessidade de manter reservas cambiais

O governo não admite a palavra moratória e quer negociar os atrasos de pagamento

ALBERTO TAMER

O governo brasileiro reconheceu que não pode continuar pagando os juros vencidos da dívida externa sem pôr em risco a margem de segurança que deseja manter de suas reservas cambiais. Na semana passada, decidiu suspender o pagamento de uma parcela de US\$ 800 milhões ao Clube de Paris, embora tenha tentado mostrar que não se trata de moratória nem de suspensão, de fato.

O que era, então? Os técnicos do Ministério da Fazenda classificaram o ato como um "atraso de pagamento". Segundo eles, com a centralização do câmbio, foram necessários alguns reajustes que estavam sendo terminados. Espera-se, assim, que em alguns dias tudo possa estar regularizado, no que diz respeito, deixa claro o governo, ao pagamento do Clube de Paris. O Brasil não tem interesse em se indispor com o clube, nem com os organismos financeiros internacionais. Os atrasos de pagamentos futuros — se forem necessários — serão com os bancos comerciais. Mas o Brasil terá compromissos maiores com os bancos comerciais apenas em setembro. Ai, sim, os pagamentos se elevam a US\$ 3,7 bilhões, que decididamente não poderão ser pagos a não ser que a situação se altere.

Mas como poderá se alterar este quadro que indica uma crise cambial, muito mais grave do que uma crise monetária?

Só há três caminhos:

■ Obtenção de novos empréstimos, ou rolagem do pagamento dos juros. Isso seria possível se o Fundo Monetário Internacional aprovasse as contas brasileiras. Mas os técnicos do FMI estiveram aqui e saíram dizendo que, da forma que estão, essas contas e para aonde caminha a economia brasileira, não há muita esperança de se conseguir o aval. Não é prudente, portanto, esperar nenhum dinheiro nessa área. O governo brasileiro aventou a hipótese de conseguir um empréstimo do Tesouro norte-americano, mas a primeira resposta chegada de Washington foi fria e seca: "Não".

■ Aumento das reservas cambiais. Isso poderia decorrer de

maiores exportações, com a manutenção dos níveis atuais de importações, o que não é fácil, pois as nossas vendas começaram a declinar e será difícil reverter uma tendência destas a curtíssimo prazo. Outra alternativa nesse campo é evitar a saída de dólares do País. O governo ataca as duas frentes, por meio de uma nova política cambial mais inteligente, embora perigosa: desvalorizou o cruzado novo, centralizou o câmbio e estimulou as exportações. Os primeiros resultados já foram sentidos e, em apenas uma semana, segundo fontes oficiais, deixaram de sair ou estão entrando de novo no Brasil cerca de US\$ 1 bilhão. Será que esse fluxo vai se manter? É difícil crer, mas, de qualquer forma, tem-se um alívio o que poderá levar o governo brasileiro a pagar a parcela vencida ao Clube de Paris.

■ Um acerto de curto prazo com as entidades financeiras internacionais para adiar os pagamentos, sem trauma, ou então para obter recursos imediatos, sob a forma de empréstimos de emergências ou empréstimos ponte. Aqui, também, o quadro é delicado.

## SEM CREDIBILIDADE

A falta de crédito do Brasil no Exterior deve-se à falta de credibilidade e de confiança. São duas coisas diferentes, neste caso. Não se acredita no governo porque ele não cumpriu os compromissos assumidos anteriormente. Não cumpriu e não disse por quê. A falta de confiança decorre da inexistência de qualquer política econômica consistente em todos estes anos.

Qual será a solução? Não há duas, mas apenas uma. Atrasar os pagamentos na medida em que forem necessários, agindo, porém, de uma forma que poderíamos chamar de civilizada e inteligente. Nada de machismos latino-americanos, mas um diálogo franco com os credores, no qual os representantes brasileiros devem estar preparados para ouvir todas as verdades que já esperam. E sair da mesa de reunião com um acordo mínimo que impeça, pelo menos, sanções que provoquem cortes ou reduções nas linhas de financiamento das exportações. Teremos de nos munir de uma grande dose de "realismo humilde", para evitar que a moratória que virá, seja o nome que vier a ter, seja o menos danosa possível para o Brasil.